

Ao

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

Dra. Rose Mirian Hoffmann

Diretora de Licenciamento Ambiental

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

CEP: 70.818-900 - Brasília – DF

Tel.: 61.3316.1282 Fax: (61) 3316-1952

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

CT-GM-SM- 217/16

19 / 8 / 16

Assunto: UHE São Manoel – Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial – PACUERA. Atendimento ao item “c” da condicionante específica 2.13 da LI 1017/2014

Senhora Diretora,

1. A Empresa de Energia São Manoel S.A. (EESM), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.494.537/0001-10, outorgada pela União para implantar e operar a Usina Hidrelétrica São Manoel, em observância ao item “c” da condicionante específica 2.13 da LI 1017/2014 e ao estabelecido no art 5º da Lei Federal nº 12.651/2012, vimos por meio desta apresentar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial – PACUERA para análise desse Instituto.
2. Informo também que o referido Plano contempla uma proposta de ampliação da faixa de APP de 100m no entorno do reservatório, no montante de 1.148 ha, contemplando áreas florestadas e antropizadas.
3. A proposta desta EESM de ampliação da referida área de preservação permanente, está condicionada a aceitação, por parte deste Instituto, da consideração dessas áreas (florestadas ou não) no cômputo das áreas necessárias para que esta EESM cumpra com suas obrigações relativas à reposição florestal e à compensação por intervenção em área de preservação permanente. Para tanto, apresento em anexo a fundamentação jurídica que sustenta o referido pleito.
3. Sem mais para o momento fico à disposição para quaisquer esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Atenciosamente,


ALJAN MACHADO
Diretor de Meio Ambiente

Anexo: uma via impressa e duas em mídia digital do PACUERA
fundamentação jurídica

Empresa de Energia São Manoel

Rua Real Grandeza, 274 – Bairro Botafogo – Rio de Janeiro – CEP 22281-036

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO
IBAMA**

A Empresa de Energia São Manoel S. A., com sede na Rua Real Grandeza, 274 – Botafogo, no Rio de Janeiro – RJ, expõe e requer de Vossa Senhoria o quanto segue:

1. A empresa é concessionária da Usina Hidrelétrica São Manoel, em construção no Rio Teles Pires, divisa dos Estados do Mato Grosso e do Pará, cujo processo de licenciamento ambiental tramita no IBAMA sob o nº 02001.004420/07-65.

2. Para a implantação da referida Usina e seu Reservatório, fez-se necessária a supressão de vegetação numa área de aproximadamente 1500 ha, devidamente autorizada pelo IBAMA por meio das Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV nº 936/2014, ASV nº 1112/2016 e ASV nº 1123/2016.

3. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal) define as Áreas de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais destinados à geração de energia elétrica:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

(...)

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, observado o disposto nos §§ 1º e 2º;

(...)

§ 1º Não se aplica o previsto no inciso III nos casos em que os reservatórios artificiais de água não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água.

§ 2º No entorno dos reservatórios artificiais situados em áreas rurais com até 20 (vinte) hectares de superfície, a área de preservação permanente terá, no mínimo, 15 (quinze) metros.

4. Temos, portanto, que as Áreas de Preservação Permanente de um reservatório artificial para geração de energia elétrica – que é o caso em comento, deve ser definido no licenciamento ambiental. Vale dizer, o poder de estabelecer a

faixa de proteção máxima é discricionário, observando-se, evidentemente, a conveniência e o máximo ganho ambiental possível.

5. Indo mais longe, a Lei nº 12.651/12 estabeleceu a obrigação da aquisição, por parte do empreendedor, das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno:

Art. 5º Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana.

§ 1º Na implantação de reservatórios d'água artificiais de que trata o caput, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em conformidade com termo de referência expedido pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, não podendo exceder a dez por cento do total da Área de Preservação Permanente.

§ 2º O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial, para os empreendimentos licitados a partir da vigência desta Lei, deverá ser apresentado ao órgão ambiental concomitantemente com o Plano Básico Ambiental e aprovado até o início da operação do empreendimento, não constituindo a sua ausência impedimento para a expedição da licença de instalação.

6. Certamente não é intenção do Código Florestal estabelecer um limite máximo de 100 (cem) metros de proteção quando existe comprovado ganho ambiental e anuência do empreendedor para a ampliação desta área. A clara intenção da norma é impedir que seja imposta a preservação de uma área muito maior, limitando o direito de propriedade além da razoabilidade, sem a concordância do licenciado.

7. A Resolução Conama nº 369, de 28 de março de 2006, determina que sejam estabelecidas, no processo de licenciamento e antes da emissão das autorizações, medidas de caráter compensatório para a supressão da vegetação em Área de Preservação Permanente:

Art. 5º O órgão ambiental competente estabeleceria, previamente a emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em APP, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas no § 4º, do art. 4º, da Lei nº 4.771, de 1965, que deverão ser adotadas pelo requerente.

§ 1º Para os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e

compensatório, previstas neste artigo, serão definidas no âmbito do referido processo de licenciamento, sem prejuízo, quando for o caso, do cumprimento das disposições do art. 36, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 2º As medidas de caráter compensatório de que trata este artigo consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente:

I - na área de influência do empreendimento, ou

II - nas cabeceiras dos rios.

8. Note-se que a Resolução Conama nº 369/06 também determina que as medidas de caráter mitigador e compensatório sejam estabelecidas no processo de licenciamento.

9. Indo mais longe, a normativa do Conama determina que estas medidas compensatórias sejam implantadas: a) na *área de influência do empreendimento*; b) *nas cabeceiras dos rios*.

10. Temos, portanto, no processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica São Manoel, algumas Áreas de Preservação Permanente por expressa disposição legal (art. 5º da Lei nº 12.651/12) e outras Áreas de Preservação Permanente estabelecidas como medida compensatória pelo licenciamento ambiental (Art. 5º da Lei nº 12.651/12 e Resolução Conama nº 369/06).

11. Ocorre que a recomposição de Áreas de Preservação Permanente ou de promover a reposição florestal como medida compensatória, na área de influência do empreendimento e na mesma sub-bacia hidrográfica é praticamente impossível, pois a maior parte da região é coberta com floresta nativa. Vale dizer, não existem áreas degradadas disponíveis para a recuperação compensatória estabelecida nas Autorizações de Supressão de Vegetação.

12. Por outro lado, a Empresa de Energia São Manoel S. A. adquiriu áreas muito superiores àsquelas necessárias para a implantação da Usina Hidrelétrica. São áreas contíguas às Áreas de Preservação Permanente do entorno do reservatório, com fitofisionomia e importância ambiental similar às áreas desmatadas.

13. Como visto na legislação analisada, existe previsão legal para a definição das medidas compensatórias pelo órgão licenciador.

14. Diante da inexistência de espaços para recuperação ou replantio na área de influência do empreendimento, a Empresa de Energia São Manoel submete à

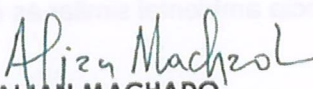
análise desta Diretoria a proposta de transformação em Áreas de Preservação Permanente – APP de todas as propriedades adquiridas pela empresa, totalizando 1.148 hectares, como medida compensatória pela supressão de vegetação autorizada pelas ASVs nº 936/2014, ASV nº 1112/2016 e ASV nº 1123/2016, que totalizam aproximadamente 1.500 hectares.

15. A transformação da integralidade dessas propriedades da Empresa de Energia São Manoel em Áreas de Preservação Permanente – devidamente averbado à margem da matrícula dos imóveis, garante muito maior ganho em biodiversidade que a recuperação de áreas degradadas, ademais inexistentes na região, ou o replantio como forma de reposição florestal.

16. As compensações estabelecidas nas ASVs 936/2014, 1112/2016 e 1123/2016 por meio da preservação das áreas de floresta nativa contíguas àquelas de manutenção obrigatória representam significativo ganho ambiental, principalmente no que se refere aos *“recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”*, um dos principais objetivos da Resolução Conama nº 369/06.

17. No mapa anexo, Senhora Diretora, é possível visualizar a Área de Preservação Permanente por disposição legal, a necessária para cumprir as medidas compensatórias das Autorizações de Supressão de Vegetação e a Área de Preservação Permanente proposta pela Empresa de Energia São Manoel, demonstrando o enorme ganho ambiental representado pela preservação da biodiversidade nativa de uma área muito superior em tamanho e importância ambiental.

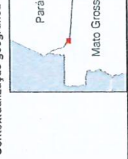
Brasília, 19 de agosto de 2016.


ALJANI MACHADO
Diretor de Meio Ambiente

Legenda

- Proposta de Áreas Adicionais para APP
- Poligonal do Canteiro
- Reservatório Cota 161,44 m
- Faixa de APP (100 m)
- Propriedades
- Uso e Cobertura do Solo
- Corpos d'Água
- Área Antropizada
- Área de Floresta

Contextualização geográfica



Informações cartográficas

Escala 1:110.000
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso: 21 S
Sistema geodésico: SIRGAS 2000

Fonte dos dados
- Base Reservatório e Ortelco 01/06/2015 (Topocart, 2015);
- Base Propriedades e Estudo de Remanescentes (CIAGEO, 2016).

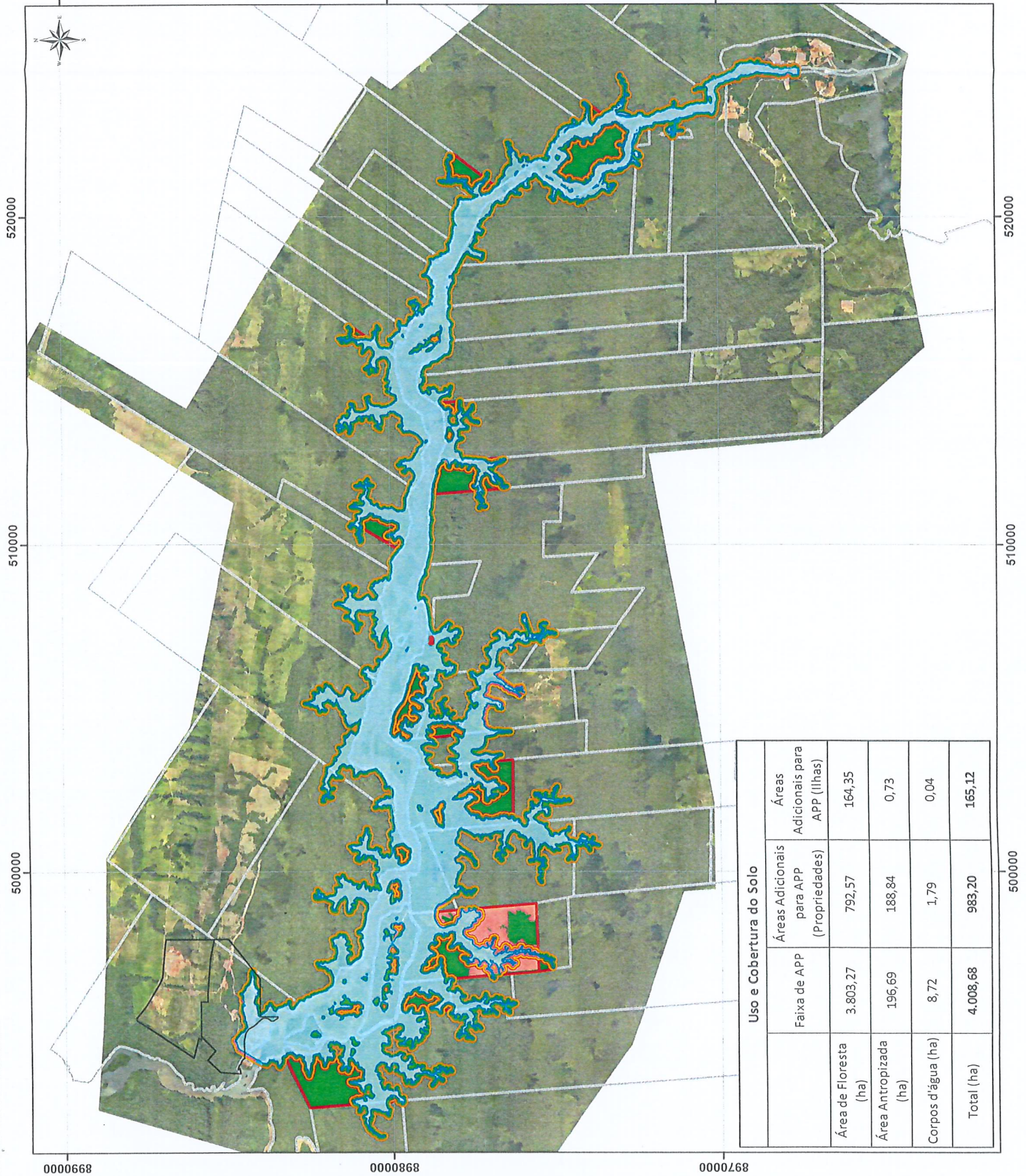


Título
Uso e Cobertura do Solo da faixa de APP e Áreas Adicionais Propostas para APP

Empreendimento
UHE São Manoel

Projeto
Data: Agosto/2016

Mapa I
Elaboração: MA-EESM



Uso e Cobertura do Solo			
	Faixa de APP	Áreas Adicionais para APP (Propriedades)	Áreas Adicionais para APP (Ilhas)
Área de Floresta (ha)	3.803,27	792,57	164,35
Área Antropizada (ha)	196,69	188,84	0,73
Corpos d'água (ha)	8,72	1,79	0,04
Total (ha)	4.008,68	983,20	165,12

